

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0011251-44.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Autor: **Justiça Pública**
 Indiciado: **ADRIAN GABRIEL RODRIGUES DE JESUS e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ADRIAN GABRIEL RODRIGUES DE JESUS e BRUNO MAURICIR LUIZ MOREIRA foram denunciados como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal, porque, segundo a denúncia, em 21.10.2015, por volta das 04h35min, na Avenida São Carlos, próximo ao cruzamento com a Rua Padre Teixeira, Centro, nesta cidade e comarca, teriam tentado subtrair para eles, mediante grave ameaça exercida com emprego de um canivete, contra a vítima João Batista de Oliveira, uma mochila contendo diversos pertences, entre eles um telefone celular, uma câmera, um relógio, e uma marmita, somente não consumando o delito por circunstâncias alheias às suas vontades.

A denúncia foi recebida em 18/11/2015 (fls. 105/106), os acusados foram citados (fls. 129, 131) e apresentaram resposta (fls. 140/141), não sendo absolvidos sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual ouviram-se vítima (fls. 164/165) e testemunhas (fls. 166/167, 168), e foram interrogados os acusados (fls. 169/170, 171/172).

As partes manifestaram-se em debates (fls. 160/163), pugnando o Ministério Público pela condenação, e a Defesa pelo afastamento da qualificadora do concurso de agentes em relação a Adrian, com pena mínima, e pela absolvição de Bruno.

O julgamento foi convertido em diligência e, vindo aos autos carta requisitada pelo juízo (fls. 189/192), as partes acrescentaram manifestação ao quanto previamente alegado (fls. 196, 203).

É o relatório. Decido.

A materialidade delitiva está comprovada pela prova oral, não havendo dúvidas de que, nas circunstâncias de tempo e local narradas na denúncia, roubo tentado, com o emprego de canivete, foi praticado contra João Batista de Oliveira.

A controvérsia recai, em realidade, sobre se Adrian - que confessou o crime, no inquérito incluindo Bruno (fls. 12) e em juízo excluindo-o (fls. 169/170) - cometeu o crime sozinho ou se com a participação de Bruno - que negou envolvimento ativo no inquérito (fls. 13) e em juízo (fls. 171/172).

Sobre essa questão, no inquérito policial, por ocasião do flagrante, a vítima havia narrado os fatos de modo a incluir Bruno, como descritos na inicial. Todavia, em juízo, alterou a sua versão (fls. 164/165) para beneficiar Bruno, passando a narrar os fatos de modo coincidente à versão apresentada por esse acusado desde o inquérito policial (fls. 13).

Sem embargo do respeitável entendimento da Defesa, convenço-me, pela prova produzida, a propósito da culpa de Bruno.

O acusado em questão foi inconsistente no interrogatório, ao dizer que não conhecia Adrian e não tinha sequer seu telefone, e por outro lado afirmar que naquela data tinham bebido e consumido drogas juntos, e, especialmente, que iriam encontrar-se mais tarde em local a ser combinado. Ora, como combinar esse encontro, posteriormente, se não se conheciam e não tinham o telefone um do outro? Tal incoerência foi bastante clara durante o interrogatório, à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

medida em que as perguntas eram formuladas.

Tem razão o Ministério Público, ademais, ao explicar a mudança da versão da vítima no medo desta após receber a visita da amásia de Bruno.

Independentemente de ter ou não a amásia de Bruno explicitamente ameaçado a vítima, o fato é que o simples evento da visitação é suficiente para incutir o medo referido, ao indicar que a família do acusado tem conhecimento do local de trabalho da vítima, e ousadia suficiente para procurar a vítima no intuito de cobrar explicações.

Não bastasse – e eis o ponto principal –, não estamos aqui entre a versão da vítima e a do acusado, porquanto a narrativa apresentada na inicial é confirmada, em sua inteireza, pelos depoimentos harmônicos dos policiais, ouvidos às fls. 166/167, 168.

Os policiais não chegaram ao local após os fatos.

Ao contrário: flagraram os acusados em plena execução delitiva, no exato momento em que os dois estavam junto à vítima, utilizando-se de violência, inclusive tentando puxar a mochila.

Não há fundamento para se duvidar das palavras dos policiais, e a simples circunstância de um deles – não os dois – ser irmão da vítima é muito pouco para se cogitar de perseguição injusta contra um inocente.

Cumpra frisar que o agente policial depõe sob o compromisso de dizer a verdade, não se podendo presumir sua predisposição ou parcialidade.

O valor do depoimento testemunhal de servidores policiais - especialmente quando prestado em juízo, sob a garantia do contraditório, reveste-se de inquestionável eficácia probatória, não se podendo desqualificá-lo pelo só fato de emanar de agentes estatais incumbidos, por dever de ofício, da repressão penal. O depoimento testemunhal do agente policial somente não terá valor, quando se evidenciar que esse servidor do Estado, por revelar interesse particular na investigação penal, age facciosamente ou quando se demonstra - tal como ocorre com as demais testemunhas - que as suas declarações não encontram suporte e nem se harmonizam com outros elementos probatórios idôneos. (STF -1ª Turma - HC nº 74.608-0/SP - Rel. Min Celso de Mello - DJU 11/04/97, pág. 12.189).

A prova testemunhal obtida por depoimento de agente policial não se desclassifica tão-só pela sua condição profissional, na suposição de que tende a demonstrar a validade do trabalho realizado; é preciso evidenciar que ele tenha interesse particular na investigação ou, tal como ocorre com as demais testemunhas, que suas declarações não se harmonizem com outras provas idôneas. (STF, HC nº 74522, j. 19/11/1996).

Tendo em conta o contexto probatório, emerge certeza sobre o cometimento do delito pelos dois acusados, com o emprego do canivete, afastada ainda, logicamente – tendo em vista a dinâmica dos fatos que aqui foi assumida - a participação de menor importância em relação a Bruno.

Passo à dosimetria da pena.

ADRIAN GABRIEL RODRIGUES DE JESUS

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase: não há circunstâncias negativas.

Segunda fase: incidiria a atenuante da confissão espontânea, entretanto a pena não pode ir abaixo do mínimo legal.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): tendo em vista que o delito foi praticado em concurso de agentes e com o emprego de canivete, tendo a arma inclusive sido efetivamente utilizada (não apenas mostrada) contra a vítima, haverá o aumento de 5/12 pelas majorantes; pela tentativa, a redução será no percentual de 1/3, vez que o delito já havia sido anunciado, o canivete encostado na barriga da vítima, e os agentes estavam tentando arrancar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mochila quando da interrupção do crime. O passo seguinte seria o êxito em arrancá-la, o que já caracterizaria a consumação.

Pena definitiva: 03 anos, 09 meses e 10 dias.

Regime inicial de cumprimento: tendo em vista a periculosidade revelada pelo efetivo emprego da arma, assim como a causa de aumento, seria insuficiente o regime aberto, meso porque trata-se de delito cometido com violência. O regime corresponderá ao semiaberto.

Substituição por penas alternativas: inadmissível.

Pena Pecuniária: imposta no mínimo, em razão, principalmente, da condição econômica do acusado.

BRUNO MAURICIR LUIZ MOREIRA

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase: não há circunstâncias negativas.

Segunda fase: a pena é aumentada em 1/6 diante da reincidência (fls. 142)

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): tendo em vista que o delito foi praticado em concurso de agentes e com o emprego de canivete, tendo a arma inclusive sido efetivamente utilizada (não apenas mostrada) contra a vítima, haverá o aumento de 5/12; pela tentativa, a redução será no percentual de 1/3, vez que o delito já havia sido anunciado, o canivete encostado na barriga da vítima, e os agentes estavam tentando arrancar a mochila quando da interrupção do crime. O passo seguinte seria o êxito em arrancá-la, o que já caracterizaria a consumação.

Pena definitiva: 04 anos, 04 meses e 26 dias.

Regime inicial de cumprimento: diante da reincidência, fechado.

Substituição por penas alternativas: inadmissível.

Pena Pecuniária: imposta no mínimo, em razão, principalmente, da condição econômica do acusado.

Ante o exposto, julgo procedente a ação penal e CONDENO os acusados **ADRIAN GABRIEL RODRIGUES DE JESUS** e **BRUNO MAURICIR LUIZ MOREIRA** como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal, aplicando

(a) a Adrian, as penas de 03 anos, 09 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial semiaberto, e multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo

(b) a Bruno, as penas de 04 anos, 04 meses e 26 dias de reclusão em regime inicial fechado, e multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em prisão cautelar, e como não houve alteração no panorama probatório que ensejou tal fato – aliás, a sentença reconheceu a responsabilidade criminal -, denega-se o direito de recorrerem em liberdade, subsistentes os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 c/c art. 313, CPP) nos termos do que foi decidido anteriormente neste processo.

Sem condenação em custas, uma vez que fazem jus à AJG.

P.R.I.

São Carlos, 07 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**